



JOURNAL OF
GLOBAL STUDIES

ISSN 1518-1219

<http://www.meridiano47.info>

João Fábio Bertonha

Departamento de História, Universidade
Estadual de Maringá, Maringá – PR, Brazil
(fabiobertonha@hotmail.com)

Estados Unidos, URSS/Rússia e os equilíbrios e desequilíbrios estratégicos e militares entre 1989 e 2016

The United States, the Soviet Union/Russia
and the strategic and military balance of power
between 1989 and 2016

DOI: <http://dx.doi.org/10.20889/M47e17007>

Meridiano 47, 17: e17007, 2016

Recebido: 15 de fevereiro de 2016

Aceito: 15 de março de 2016

Resumo

O cenário internacional se modificou de forma radical com a queda do muro de Berlim e o colapso da URSS, tanto em termos econômicos, sociais ou políticos, como no campo estratégico e militar. Esse artigo procura discutir as alterações na balança de poder mundial, em termos militares e estratégicos, no período de quase trinta anos depois da queda do muro de Berlim, enfatizando especialmente os casos dos Estados Unidos e da União Soviética/Federação Russa.

Abstract

The international system has changed dramatically after the fall of the Berlin Wall and the collapse of the USSR. These changes include economic, social and political aspects, as well as the strategic and military ones. This article discusses the changes in the world balance of power, regarding military and strategic aspects, in the period of almost thirty years after the fall of the Berlin Wall. The cases of the United States and the Soviet Union/Russian Federation will be specially addressed.

Palavras-chave: Estados Unidos, União Soviética, Federação Russa, balança de poder, estratégia, poder militar.

Keywords: United States, Soviet Union, Russian Federation, balance of power, strategy, military power.

Introdução

O conceito de segurança internacional, em linhas gerais, se relaciona ao conjunto de medidas tomadas por Estados ou grupos com atuação internacional para garantir a sua sobrevivência e segurança. Tais medidas podem incluir acordos e convenções diplomáticas, ajuda mútua e ação militar.

Copyright:

- This is an open-access article distributed under the terms of a Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided that the original author and source are credited.
- Este é um artigo publicado em acesso aberto e distribuído sob os termos da Licença de Atribuição Creative Commons, que permite uso irrestrito, distribuição e reprodução em qualquer meio, desde que o autor e a fonte originais sejam creditados.



O paradigma tradicional de segurança internacional é bastante específico e se refere normalmente à segurança do Estado, dentro de uma perspectiva realista. Dentro deste paradigma, questões como o equilíbrio de poder e o caráter anárquico e competitivo do sistema internacional predominavam. Como resultante, o aspecto militar também era valorizado como a chave, em última instância, para a sobrevivência do Estado frente aos outros, já que seria o único capaz de prevenir uma invasão por Estados vizinhos ou, ao menos, garantir a sua soberania. Claro que uma perspectiva de cooperação e segurança coletiva, através de organismos como a ONU, também existia, mas era, a meu ver, eclipsada pela primeira.

Depois do fim da Guerra Fria, a mudança do cenário internacional levou a mudanças no próprio conceito de segurança internacional e a discussões sobre quais seriam seus objetivos e meios. Alguns autores procuraram substituir “segurança do Estado” por “segurança humana” como objetivo a ser alcançado e procuraram indicar como fome, doença, violência, corrupção e outras questões também seriam objetos da segurança internacional, já que geravam insegurança nas pessoas e, potencialmente, ameaças aos próprios Estados. Outros problemas já existentes, como o terrorismo, o narcotráfico, a imigração ilegal ou a degradação ambiental, passaram a receber uma nova ênfase, sendo relacionados como problemas centrais para a segurança da humanidade e dos próprios Estados (Messari 2003).

Até como derivação lógica dessas novas discussões, as ideias de cooperação, medidas coletivas e outras, já defendidas e utilizadas no período anterior, receberam grande apoio como instrumentos mais adequados para garantir a segurança internacional do que o poder militar. Este poderia ser utilizado para reforçar a cooperação em algumas áreas ou para apoiar a luta contra as drogas ou o terrorismo, mas seu papel central na nova arquitetura proposta para a segurança internacional seria menor.

Não tenho dúvidas de que o conceito de segurança internacional como centrado no Estado e que veria, como únicas ameaças a este, as forças de outro Estado, com ênfase nas militares, precisava realmente ser revisto. Não apenas a segurança dos cidadãos é mais coerente com a democracia, como, no mundo atual, os riscos reais de invasão e conquista de um Estado por outro são limitados.

Ameaças ambientais, terrorismo, criminalidade, conflitos étnico-religiosos e outras, por outro lado, são perigos reais não apenas às pessoas, como aos próprios Estados, o que indica que eles devem ser incluídos na agenda da segurança global (Villa 1994 e 1999; Haflendorn 1991). Nesse contexto, nem tudo pode ser resolvido com a força militar e a experiência dos anos de George W. Bush no governo dos Estados Unidos (quando alguns de seus conselheiros pareceram pensar justamente o oposto) indica isso.

No entanto, tenho dúvidas se a ampliação exagerada do conceito não traz mais problemas do que soluções. Afinal, se tudo é questão de segurança internacional, então ela não existe enquanto tema específico. Os Estados ainda são os atores centrais na segurança internacional (o que não significa negar a crescente importância de atores não estatais) e o poder militar ainda é um elemento central na relação entre eles. Além disso, os problemas ambientais, de criminalidade, etc. podem muito bem se transmutar em disputas militares, mas, a princípio, são problemas de outra ordem. Assim, tendo a concordar com Miller (2001) quando diz que a força e o conflito são os principais focos de estudo da área de segurança internacional.

Claro que muitos autores não pensam assim e, mesmo em documentos oficiais, a confusão entre os termos “defesa e “segurança” é contínua, ainda que os dois não sejam equivalentes, mas relacionados. Mesmo assim, para fins analíticos, considero que a confusão conceitual faria mais mal do que bem e, neste texto, estarei centrado nas questões mais relacionadas à defesa propriamente dita, ou seja, nas disputas entre os Estados e o uso do poder militar nas mesmas.

Assim, concordo que a segurança internacional não se limita a segurança militar dos Estados e que o mundo é muito mais complexo do que uma simples disputa de forças entre eles. Não obstante, considero que a capacidade dos Estados em utilizar seus elementos de poder militar para garantir a sua sobrevivência, soberania e influência no mundo ainda é de suma importância, mesmo nos dias de hoje, e que observar as relações de poder neste campo pode ser de utilidade para compreendermos o cenário internacional atual e as mudanças nas décadas posteriores à queda do muro de Berlim.

Dessa forma, o foco do presente artigo é o cenário estratégico mundial e as transformações sofridas pelo mesmo no período entre 1989 e 2016. Ele dará especial atenção aos Estados Unidos e a União Soviética/Rússia, o que é explicável pelo fato de serem estes os dois Estados que estavam no topo da pirâmide estratégica em 1989 e porque a evolução do poder militar de ambos – diametralmente oposta – é a chave da configuração atual do sistema de poder internacional, ao menos no campo militar.

Minha ideia é acompanhar, assim, os dois principais atores do sistema estratégico mundial, dentro dos parâmetros e limites estabelecidos acima, e verificar a sua evolução ou regressão dentro de posições melhores, nestes quase trinta anos, em relação ao outro, assim como as vantagens e os limites de cada aparato militar para apoiar os objetivos internacionais dos Estados russo e americano.

Ao final do artigo, apresentarei a evolução estratégica, entre 1989 e 2016, de outros Estados chave do sistema mundial, como os europeus e a China. Prognósticos e tendências do equilíbrio militar mundial também serão apresentados, mas a ênfase, como se percebe, está nas antigas superpotências de 1989.

É evidente que a análise, pela disponibilidade de espaço, não poderá ser exaustiva e nem utilizar toda a imensa bibliografia disponível sobre o tema. Na maior parte do tempo, aliás, evitarei o uso de notas de rodapé ou a citação desnecessária de autores, a não ser quando absolutamente necessário. Para acesso a uma bibliografia mais ampla e para aprofundamentos, remeto a outros textos de minha autoria.¹

Os Estados Unidos

Durante as duas guerras mundiais, quando os Estados Unidos realmente entraram no jogo de poder global, suas forças militares eram, no início, relativamente modestas, sendo ampliadas imensamente no decorrer das mesmas e ajudando a virar o jogo a favor dos Aliados. Durante estes conflitos, os militares americanos seguiram basicamente os padrões operacionais em uso por outros

1 Para os trabalhos mais recentes, ver Bertonha (2011, 2013, 2014^a, 2014^b e 2016).

países ocidentais, enquanto o seu equipamento militar não era mais avançado tecnologicamente do que aquele em uso por alemães ou japoneses, salvo exceções. Eles continuaram confiando que venceriam seus inimigos a partir da imensa base produtiva e de recursos do país e, até os anos 1960, cerca de três milhões de homens vestiam o uniforme das Forças Armadas dos EUA.

Durante a Guerra Fria, os limites dessa confiança foram se delineando (Trauschwetzter 2008) e a partir, grosso modo, dos anos 1970, foi ficando claro que um conflito com a União Soviética nos velhos termos seria inevitavelmente uma derrota, dada a imensa superioridade numérica desta. Depois do Vietnã, além disso, com o fim do serviço militar obrigatório, a ênfase nos números não podia mais ser mantida. Dessa forma, modificou-se a doutrina militar, enfatizando-se a coordenação de poder aéreo e terrestre, a mobilidade e a troca de informações em tempo real para superar os números soviéticos. Também se procurou aumentar cada vez mais, a partir desse momento, a vantagem tecnológica.

Por volta de 1989, essa transição para um modelo militar baseado na tecnologia e na flexibilidade tática em detrimento da quantidade e do convencional estava em desenvolvimento, mas ainda não de forma plena. Na própria Guerra do Golfo, a superioridade tecnológica e tática foi de importância para derrotar os iraquianos, mas menos do que se poderia esperar (Zarpelão 2007).

No final da década de 1980, portanto, os EUA ainda eram uma potência que sustentava sua musculatura militar numa crescente superioridade tecnológica e tática, mas também em um número de homens e equipamentos ainda bastante razoável. Dentre eles, podemos incluir cerca de 1000 mísseis balísticos intercontinentais dotados de ogivas nucleares e outro tanto de mísseis lançados de aviões e navios. No campo convencional, Washington podia contar com dois milhões de soldados na ativa, treze mil tanques, vinte e seis mil blindados, oito mil helicópteros e uns seis mil canhões. No campo aeronaval, cinco mil aviões, quinze porta-aviões, uma centena de submarinos de ataque e uns duzentos navios de superfície integravam o arsenal americano (Odom 1998, p. 50).

Com o fim da União Soviética, houve uma redução do aparato militar em termos quantitativos e orçamentários. O efetivo total, na ativa, foi reduzido em cerca de 500 mil homens e houve diminuição expressiva no número de aviões, navios, tanques e outros equipamentos. De forma coerente com a realidade estratégica pós-Guerra Fria e os tratados internacionais, o número de vetores nucleares foi especialmente reduzido.²

Em termos qualitativos, contudo, novas tecnologias, ainda mais sofisticadas, foram incorporadas, permitindo um aumento radical da capacidade militar do país. Sistemas de aquisição e processamento de informações, uma ampla rede de comunicações e grandes avanços na área de micro processamento tornaram as forças americanas muito mais eficientes e essa revolução tecnológica compensou as reduções em termos numéricos, ao menos no que se refere à capacidade de derrotar o inimigo em campo de batalha.

Tal superioridade tecnológica (associada a intenso treinamento) permite aos americanos contar, em suas operações, com dois elementos fundamentais, ou seja, poder de fogo e mobilidade. No plano estratégico, eles contam com a capacidade e os instrumentos (porta-aviões, mísseis de cruzeiro e

2 http://www.nti.org/e_research/profiles/USA/index.html. Acessado em 20/9/2009.

um numeroso corpo de fuzileiros navais, além de um grande “império de bases” – Arraes, 2009) para projetar seu poder em qualquer lugar do mundo, e com força devastadora. Já no plano tático, eles conseguem utilizar helicópteros e aviões para se moverem rapidamente no campo de batalha e despejar um imenso volume de fogo sobre o inimigo.

À medida que a tecnologia de coleta e processamento de informações (com veículos aéreos de reconhecimento não tripulados, satélites, etc.) e novos tipos de mísseis e foguetes se desenvolvem, a possibilidade de não desperdiçar munição e destruir rápida e eficientemente o adversário é ainda maior. No cenário atual, enfrentar em campo aberto as forças dos EUA é puro suicídio.

Não espanta, nesse ponto, que a real superioridade dos militares americanos esteja no campo aéreo e no naval, justamente os mais dependentes da tecnologia. Em terra, eles ainda são superiores a qualquer outro exército, mas muito menos do que no ar ou no mar. A sua grande frota de porta-aviões, aliás, está a anos luz de qualquer concorrente e é essencial para garantir a supremacia estratégica dos EUA no mundo.

Na verdade, a corrida tecnológica no campo aéreo e naval, especialmente, está num patamar tão acelerado que muitos equipamentos que eram de ponta em 1989 ou durante a Guerra do Golfo já são obsoletos hoje. Os Estados Unidos estão realmente num grande esforço para não perder a superioridade tecnológica no ar e no mar (e, por tabela, em terra) e, até o presente, estão sendo bem sucedidos.

Para sustentar este processo, o orçamento militar, depois de uma queda inicial nos anos 1990 (os chamados então “dividendos da paz”) aumentou de forma significativa no período, passando de US\$ 300 bilhões em 1989 para cerca do dobro em 2008. Depois de um pico em 2010, houve uma queda do valor gasto, mas que ainda se mantém na faixa de 600 bilhões de dólares ao ano. Em termos de parcela do PIB, o gasto militar desceu de 5,7% em 1988 para 3% em 1999, para ascender para 4,5% em 2008 e cair novamente para 3,5% em 2015.³

Dessa forma, com o fim do seu grande rival e uma liderança tecnológica indiscutível, os EUA se alçaram, nos primeiros vinte anos depois de 1989, a uma posição de supremacia militar inimaginável em outros momentos da sua História, com controle do ar, do mar e do espaço (Posen 2003). É nessa dependência da tecnologia e do poder aéreo e naval, contudo, que está o primeiro limite do poder americano.

Efetivamente, se suas forças aéreas e navais têm condições de enfrentar vários inimigos ao mesmo tempo em escala global, elas podem não bastar em várias situações. Já as suas forças terrestres são mais limitadas (ainda que suas unidades blindadas estejam entre as primeiras do mundo), o que obriga os Estados Unidos a confiarem em aliados locais – como foi feito na Europa Ocidental durante a Guerra Fria ou no Afeganistão em 2001 – ou se absterem de intervir.

Para tornar o problema mais complexo, mesmo que as forças de terra triunfem e o inimigo seja destruído, resta o problema de ocupar o terreno conquistado. Desde o início da história das guerras, um dos seus objetivos centrais é tomar o território do inimigo e isso se faz pela substituição

3 <http://data.worldbank.org/indicador/MS.MIL.XPND.GD.ZS>. Acesso em 20/2/2016.

dos soldados inimigos pelos amigos. Quando a população do território conquistado não oferece resistência ou aceita a ocupação, o problema se resolve. Quando isso não acontece, contudo, há uma imensa demanda por tropas de infantaria, de soldados de coturno no pé e mochila nas costas, para patrulhar e exercer o controle do território.

O grande dilema dos Estados Unidos é que eles não dispõem dessa massa de tropas. Hoje, o efetivo militar americano é de cerca de 1,4 milhão de homens, mas o Exército (que, justamente com os fuzileiros, fornece o grosso de qualquer força de ocupação) é pequeno demais para ocupar outros países com eficiência.

Esse é, assim, o segundo e maior limite do poder militar americano, além da excessiva dependência do poder aéreo. Eles podem destruir qualquer inimigo no campo de batalha e, potencialmente, conquistar qualquer país do mundo. O problema seria ocupar e controlar os vencidos sem ter a tropa para tanto.

Dessa forma, esta é a grande limitação estratégica dos EUA. Não apenas essa imensa capacidade de projeção de poder não é eficaz contra inimigos assimétricos, como guerrilhas ou terroristas, como, mesmo que eles decidissem utilizar este poder para sair do seu padrão imperial tradicional (que sempre confiou mais na dominação informal e na aliança com forças locais) e criar um verdadeiro Império, faltariam os homens para mantê-lo. Eles têm os aviões, os navios, os tanques e os computadores, mas faltam os soldados de pé no chão, que sempre fizeram os Impérios, desde sempre.

Nesse ponto, aliás, é impressionante a proximidade com o antigo Império britânico. Em geral, os britânicos, seguros em sua ilha (como os americanos no seu continente), nunca tiveram grandes forças terrestres e só as mobilizaram em massa quando de reais emergências, como as guerras mundiais. Era a Marinha a grande força que dava à Inglaterra o seu papel central no mundo, especialmente nos séculos XVIII e XIX, e era a superioridade naval que eles tentaram, por séculos, não perder. Os erros e acertos, as vantagens e os limites do Império britânico parecem estar se repetindo, grosso modo, com seus filhos (Kennedy 1989; Lessa 2005).

Outro limitador para as forças armadas dos EUA é que, de forma crescente, seus rivais estratégicos (com destaque para a Rússia e a China) estão investindo cada vez mais para romper a hegemonia americana. Basta lembrar, a propósito, como, em 2008 a parcela americana nos gastos globais em defesa era de quase 50%, o que caiu para 34% em 2015.⁴ Uma superioridade ainda substancial, mas em declínio.

Entre 1989 e 2009, por fim, outro problema que atingiu as forças armadas dos EUA foi a indefinição a respeito das suas funções e objetivos. Em 1989, havia se consolidado uma preocupação em evitar intervenções militares diretas contra inimigos assimétricos que haviam se revelado desastrosas (como a do Vietnã). Neste ano, mesmo com as tensões da Guerra Fria diminuindo, as suas tarefas centrais ainda eram relativamente simples e claras: manter os soviéticos longe da Europa, a paridade estratégica com a URSS e uma capacidade de projeção de poder mundial.

4 <http://www.janes.com/article/40083/analysis-us-no-longer-spends-more-on-defense-than-next-10-biggest-countries-combined>. Acesso em 22/2/2016.

Com a queda da União Soviética e o 11 de setembro, houve alterações de monta nesse panorama. A guerra ao terrorismo islâmico adquiriu uma nova importância e recolocou as forças armadas americanas na linha de frente contra ameaças assimétricas, no Afeganistão e em outros locais. Do mesmo modo, surgiu a ideia de difundir a democracia através da conquista militar, o que levou a intervenções desastrosas, como a do Iraque. Múltiplos objetivos, sem a simplicidade da Guerra Fria.

Com o governo Obama, a balança novamente se inverteu. Depois de longas guerras de contra insurgência no Iraque e no Afeganistão, a tendência no Pentágono é se concentrar na manutenção da vantagem tecnológica e estratégica dos EUA frente a seus rivais. Abandonou-se a estratégia de estabilizar países e difundir a democracia e isso se deu tanto pelos baixos retornos e altos custos, como pela constatação de que combater terroristas ou guerrilheiros não garante a hegemonia estratégica global, enquanto controlar os oceanos, o ar, o espaço e o mundo virtual sim.

A mudança se corporificou na *offset strategy*, ou estratégia de compensação. Segundo ela, à medida que os grandes rivais – a Rússia e a China – modernizam as suas forças armadas, os Estados Unidos devem reagir utilizando uma superioridade tecnológica e tática a ser mantida a qualquer custo e privilegiando a Força Aérea e a Marinha, em detrimento do Exército. Ao mesmo tempo, reestruturaram-se os principais eixos estratégicos, com a diminuição do envolvimento no Oriente Médio e Europa e a transferência de recursos para o Pacífico.

Enfim, entre 1989 e 2016, o poder militar e a capacidade de projeção estratégica dos EUA sofreram alterações significativas. Num primeiro momento, o desaparecimento do seu único rival levou a uma sensação de triunfalismo e a uma maior tendência ao uso da força para resolver problemas. Com o tempo, ficaram claros os limites desse poder como instrumento efetivo de política externa e tais limites parecem quase um consenso na elite política e militar em Washington hoje. Não obstante, a supremacia militar dos EUA é um dos frutos evidentes das transformações e mudanças simbolizadas no ano de 1989. Ainda incontestemente, especialmente frente a outros Estados, é elemento central na formação dos equilíbrios estratégicos mundiais no século XXI.

A União Soviética/Rússia

Em fins dos anos 1980, a União Soviética parecia no auge do seu poder. A Europa oriental ainda estava em sua esfera de influência e Moscou tinha, através do fornecimento de armas e recursos financeiros, aliados e amigos em vários países da África, América Latina e Ásia. Aventuras como as do Afeganistão tinham terminado e o país parecia estar numa fase de reforma e reconstrução.

O fundamento central do poder soviético continuava a ser, contudo, o militar. No campo nuclear, a URSS dispunha de cerca de 1400 mísseis balísticos intercontinentais, alguns capazes de levar dez ogivas, uns mil mísseis com base em submarinos e algumas centenas de bombardeiros capazes de carregar armas nucleares. Isso sem contar dezenas de milhares de armas nucleares táticas (desde mísseis de curto alcance até projéteis de artilharia nucleares), para uso no campo de batalha (Castoriadis 1982, p. 81-90).

A corrida nuclear não significou, contudo, que as forças convencionais fossem eclipsadas. Durante a Guerra Fria, tanto os Estados Unidos como a União Soviética entraram realmente numa corrida para acúmulo de armas convencionais nesses anos. Os americanos, como já indicado, se preocuparam em manter seu domínio aéreo e naval no mundo, ao mesmo tempo em que procuravam maneiras de anular a imensa superioridade numérica dos soviéticos em terra (Kennedy 1989, p.367).

Moscou, num primeiro momento, teve como prioridade garantir que suas forças de terra na Europa fossem esmagadoramente superiores às do Ocidente. A partir dos anos 1960 e 1970, a URSS procurou desenvolver também uma poderosa esquadra. O resultado foi uma expansão maciça da Marinha vermelha, com cruzadores, destróieres, submarinos e mesmo porta-aviões (ainda que inferiores em capacidade aos americanos) sendo construídos em massa. Também foram estabelecidas bases navais fora da URSS, na África, Ásia e América Latina.

Por volta dos anos 1980, estava claro como ainda levaria muito tempo para o Kremlin poder desafiar o domínio ocidental nos oceanos, especialmente frente às forças tarefa de porta-aviões dos Estados Unidos. Suas bases navais ainda eram poucas e com limitações, sua capacidade de projetar poder além-oceano era imensamente reduzida dada a falta de fuzileiros navais, navios de reabastecimento e porta-aviões de grande porte. Mas sua imensa força de submarinos e seus bombardeiros de ataque, como os Tu-22 *Backfire*, eram uma ameaça, em caso de guerra, às ligações marítimas da Europa com a América e forças navais soviéticas eram agora vistas no Mediterrâneo, no Caribe e no Pacífico, assustando os americanos e levando o poder de Moscou a locais onde os czares nunca teriam sonhado.

De qualquer forma, por qualquer critério concebível, os números sobre a força militar soviética eram impressionantes. Em meados da década de 1980, a URSS tinha, arredondando os números, cinco milhões de soldados (somando os da ativa e os imediatamente mobilizáveis), cinquenta mil tanques, setenta mil blindados, cinquenta e quatro mil peças de artilharia ou unidades antiaéreas, duzentos e sessenta navios, trezentos e sessenta submarinos de ataque, quatro mil helicópteros e, espalhados por diversas forças, cerca de oito mil aviões, além da mais densa rede de defesa aérea do mundo (Odom 1998, p. 50).

Claro que tal aparato tinha imensos problemas (Odom, 1998), mas fica claro como era uma força militar imensa, com ramificações em todos os continentes, superior, ao menos em números, à americana e que dava à URSS o status de superpotência.

Tal poder, contudo, só podia ser mantido enquanto houvesse homens disponíveis para atender às imensas necessidades dos militares e, especialmente, enquanto a economia soviética fosse capaz de sustentar a máquina militar e suas demandas sem fim. Com o tempo, isso se tornou impossível e a economia soviética revelou-se sem condições, a partir dos anos 1970, de manter a escalada e superar o desafio tecnológico estadunidense, além de se revelar claramente inferior ao Ocidente em quase todos os aspectos. Essa situação levou ao esforço de reformas⁵ e, indiretamente, num processo que não cabe recordar aqui, ao fim da URSS, o que representou uma regressão estratégica e militar notável para Moscou.

5 Para uma bibliografia inicial sobre os problemas do sistema soviético e as reformas de Gorbachev, ver Alec Nove (1963 e 1989), Ângelo Segrillo (2000) e Eric Hobsbawm (1997, p. 447-482).

Efetivamente, com a independência das repúblicas soviéticas, o território sob controle direto de Moscou caiu de 22,4 para 17 milhões de km², ou seja, quase um quarto. As perdas populacionais foram ainda maiores, na faixa de cinquenta por cento, ou seja, de 290 milhões para meros 150 milhões. A Rússia perdeu 24% do seu território, metade da sua população e parte substancial dos seus recursos econômicos e militares. Nos anos 1990, além disso, a decadência econômica foi de uma magnitude inacreditável, com o PIB do país sendo reduzido de forma expressiva.

Uma comparação com o antigo Império czarista deixa ainda mais a mostra a situação desastrosa da nova Rússia, em termos geopolíticos. Conforme os dados levantados por André Gerrits (2006, p. 175), o Império czarista controlava, em 17% da área, 9,8% da população e 9,4% do PIB do planeta, enquanto a Rússia, em 1999, estava reduzida a apenas 13% da área, 2,5% da população e 1,6% do PIB mundial.

Dentro desse quadro, as Forças Armadas se desagregaram. Uma parte razoável dos seus estoques de armas acabou por ser destruída e/ou desviada. Assim, conflitos e tensões dentro do antigo Império foram alimentados por armas e equipamentos desviados dos quartéis do antigo Exército comunista, enquanto Rússia, Ucrânia e outros estados sucessores da URSS invadiram o mercado mundial de armamentos em busca de divisas.

Hoje, os Exércitos cazaque ou uzbeque são forças eminentemente policiais, sem grande poder ofensivo. Sob pressão internacional, Cazaquistão, Bielo-Rússia e Ucrânia também abriram mão das armas nucleares instaladas em seus territórios, as quais foram removidas para a Rússia. O grosso da herança militar soviética, assim, foi herdada pela Rússia. Mesmo assim, a situação militar russa está muito longe de ser satisfatória e, nos anos 1990, foi desastrosa.

Antes de tudo, a simples dissolução do espaço soviético representou um imenso problema para os militares russos. Muitas unidades industriais, bases aéreas e navais, depósitos e linhas de suprimento, sem contar minas de urânio, centrais nucleares e redes de radares e defesa aérea estavam agora no exterior, enquanto a perda de uma centena de milhões de habitantes significava que o número de conscritos em potencial diminuiu fortemente. Os jovens ucranianos ou uzbeques iriam agora servir nos seus novos Exércitos e não mais nas forças unificadas da Rússia, como havia sido há séculos.

O fim da URSS também apresentou outros problemas para os militares. As fronteiras do sul, do oeste e do leste estão agora expostas à influência geopolítica e a possíveis, ainda que pouco prováveis, invasões por parte do Ocidente, da China e do mundo islâmico. O acesso da Marinha russa aos mares, já complicado na era czarista ou na época da URSS, foi ainda mais restringido pela perda de boa parte da costa dos mares Báltico, Negro e Cáspio, com portos chave como Tallinn, Riga ou Odessa sendo agora estrangeiros.

Depois, com o colapso das finanças do Estado russo e da própria economia russa, as forças armadas passaram a enfrentar restrições nunca antes vistas. Em meados dos anos 1990, o orçamento militar russo era de apenas US\$ 20 bilhões e equivalia a cerca de 3-4% do PIB. Em termos comparativos, a situação fica ainda mais dramática. Nos anos 1990, o orçamento militar russo equivalia a apenas 1/12 do americano. Estavam longe os dias em que a URSS gastava 15-20% do PIB (e um PIB substancialmente maior) no seu sistema militar, os orçamentos militares de Washington e Moscou se equivaliam e quase 10% da força de trabalho do país estava envolvida na produção militar.

Esses recursos eram, de qualquer forma, completamente insuficientes para manter em funcionamento mesmo uma pequena parte da herança militar recebida pela Rússia. A prioridade na distribuição dos escassos recursos passou a ser o pagamento de pessoal, enquanto as somas destinadas a treinamento, equipamento e pesquisa caíram significativamente. Também se decidiu priorizar a Força de Foguetes Estratégicos, o coração do poder nuclear russo, e, em menor escala, o sistema de defesa aérea. Escolhas lógicas, pois preservavam a base do poder internacional da nova Rússia e seu espaço aéreo.

Ainda seguindo este raciocínio de preservar os elementos centrais do poder internacional da Rússia, a força de bombardeiros estratégica russa foi menos afetada pelos cortes dos anos 1990, enquanto as unidades de transporte aéreo ou de caça sofreram mais. Já a Marinha e, especialmente, o Exército ficaram quase a míngua.

Assim, para conseguir fazer frente a esta nova situação, os cortes dentro das forças armadas foram impressionantes. Segundo os cálculos de Stephen Meyer (1995, p. 324), o efetivo das forças armadas caiu de cinco milhões em 1985 para cerca de 2,5 milhões em 1994, enquanto, no mesmo período, o número de tanques caiu de cinquenta para dezenove mil e o de peças de artilharia de cinquenta e quatro para dezoito mil. Os quase setecentos mil homens instalados na Europa Oriental, nos países bálticos e na Ucrânia foram trazidos de volta à Rússia e a produção de novos tanques e aviões caiu praticamente à zero. Sem receber do Estado, boa parte da indústria bélica faliu ou teve que recorrer ao mercado externo para sobreviver.

Na Marinha, praticamente não houve novas construções navais entre 1991 e 1995 e o número de navios e submarinos disponíveis para uso caiu, segundo a imprensa internacional, de cerca de seiscentos em 1985 para noventa e cinco em 2000, dos quais boa parte não tinha condições de deixar os portos. Bases navais, submarinos e navios enferrujando formavam o cenário mais comuns nas cidades portuárias russas na década de 1990. A Marinha russa voltou a ser uma força essencialmente defensiva, sem pretender mais disputar com a Marinha americana o domínio dos mares.

Também o arsenal nuclear russo, mesmo sendo prioritário na estrutura de defesa nacional e, ainda, o segundo mais poderoso do mundo, sofreu imensos cortes. O arsenal americano também foi reduzido, mas proporcionalmente menos do que o russo. Washington, além disso, continuou a investir no seu sistema de comando e controle e na atualização tecnológica das suas armas nucleares, o que não foi o caso dos russos. Muitas pessoas temiam, inclusive, que o sistema nuclear russo se desagregasse, com a conseqüente venda ou desvio de ogivas nucleares para países do Terceiro Mundo ou para terroristas, o que, felizmente, não aconteceu.

A diminuição quantitativa das forças armadas não seria um problema se tivesse sido acompanhada por melhoria no equipamento e nos padrões de treinamento e manutenção. Mas a qualidade desabou juntamente com a quantidade e, em meados dos anos 1990, inúmeros tanques, veículos blindados e canhões simplesmente enferrujavam em velhos quartéis, sem poderem ser utilizados por falta de manutenção e peças de reposição. (Pereira 2009)

Um estudo feito pelos cientistas políticos americanos Keir Lieber e Daryl Press (2006) chegou a afirmar que os Estados Unidos teriam condições, se quisessem, de destruir a Rússia num primeiro

ataque nuclear. Para eles, a Rússia só voltaria a ter capacidade nuclear efetiva (ou seja, capaz de garantir a destruição mútua de qualquer atacante), em quinze ou vinte anos, quando sua força deveria se estabilizar em torno de 150 mísseis de longo alcance e cinco a oito submarinos. Conclusão questionável, mas que indica a que ponto as coisas chegaram.

No início do século XXI, a situação melhorou, especialmente graças aos recursos do petróleo e a determinação do governo Putin em restaurar a capacidade militar e a projeção internacional da Federação russa. Houve problemas na desejada profissionalização das forças e falta dos recursos necessários (Zolotarev 2007 e Betz e Volkov 2003) –, mas o esforço para mudanças começou já no início do governo Putin.

A Guerra da Geórgia, em 2008, parece ter sido o catalizador para que esse processo tomasse impulso e se iniciasse um dos maiores e mais radicais programas de reforma do aparato militar já efetivado na Federação Russa, atingindo a estrutura das forças como um todo, da quantidade e qualidade dos oficiais, soldados e unidades à instalação de novos sistemas de comando e controle, aquisição de novos armamentos, etc.

A Guerra da Geórgia de 2008, realmente, demonstrou muito bem a recuperação e os limites do poder militar russo. A ação russa ao invadir a Geórgia mostrou um Exército em recuperação, mas ainda bem distante do poder ocidental. As colunas de tanques e infantaria tinham material antigo e pouca coordenação tática e houve escasso uso de drones e outros instrumentos de coleta de informação.

A Rússia deixou claro que ela tinha Forças Armadas mais poderosas do que as dos seus vizinhos e que não hesitaria em utilizá-las para projetar poder e defender seus interesses. Também ficou claro, contudo, que seus militares ainda estavam muito atrás do Ocidente em quase todos os aspectos, o que induziu à aceleração e à radicalização do projeto de modernização que já estava a ser esboçado.

O objetivo, por 2020, seria dispor de unidades aéreas e terrestres perfeitamente adestradas e equipadas para a guerra moderna, uma Marinha em condições de exercer alguma capacidade de projeção de poder além da Eurásia e uma força nuclear pequena, mas capaz de exercer seu papel de dissuasão. Em resumo, a essência da reforma é privilegiar a qualidade sobre a quantidade, no que seria uma reversão notável da tradição militar russa. Os novos armamentos russos e a sua intervenção na Ucrânia e na Síria indicam esse novo momento.

Entre esses novos armamentos, estão versões modernizadas do antigo material soviético, como os aviões de ataque Su-24 e Su-25 e outros que incorporam a tradição soviética, mas num novo patamar de eficiência, como os o excepcional sistema antiaéreo S-400 e os caças Su.35. Outros armamentos são de nova geração, como os mísseis de cruzeiro Kalibr, as bombas guiadas a laser e o novo carro de combate Armada, e seus derivados.

Esse carro de combate tem sido anunciado como uma revolução no campo dos blindados, superando todos os atualmente em uso. Isso é, provavelmente, um exagero, mas é digno de nota que o sistema Armada representa uma verdadeira inovação dentro da tradição russa nesse campo. Até hoje, os principais carros de combate e blindados do Exército russo (o T-90, o T-80 e os T-72, além dos veículos de combate de infantaria do tipo BMP e BTR) eram variantes ou versões modernizadas de modelos soviéticos como o T-72 e o T-64. Já o sistema Armada aproveitou toda essa tradição

industrial e tecnológica, mas foi elaborado praticamente a partir do zero. Os novos tanques (T-14) e blindados (T-15) russos não terão torreta tripulada e contarão com excepcional proteção eletrônica e balística, além de importante armamento. Eles podem, ou não, serem tudo o que a propaganda afirma que eles são, mas indicam como a indústria militar russa está superando, aos poucos, a era soviética.

Na Ucrânia, os russos também deram prova de grande eficiência, ainda que não tenham acontecido, oficialmente, operações militares. Em horas, quando foi necessário, as forças especiais russas bloquearam os quartéis ucranianos e os obrigaram a se render sem disparar um tiro. E, no leste ucraniano, qualquer envolvimento das forças armadas russas aconteceu com discrição e cuidado.

Foi a Síria, contudo, o grande campo de testes da nova capacidade militar russa. Quando o regime sírio parecia prestes a sucumbir, no final de 2015, e a Rússia decidiu intervir com decisão em sua defesa, o fez com uma habilidade e organização invejáveis. Uma força expedicionária totalmente equipada, com milhares de homens, foi organizada e despachada para um cenário distante e as operações aéreas se iniciaram rapidamente, com efeitos imediatos.

Essa operação é limitada, envolvendo apenas algumas dezenas de aviões e helicópteros, e boa parte dos ataques aéreos segue um modelo tradicional, com o uso maciço de “dumb bombs” para destruir os alvos. Não obstante, é a primeira vez que as forças armadas russas fazem uso extensivo de mísseis de cruzeiro, drones e mísseis e bombas de precisão, guiadas por laser ou por GPS. Além disso, as forças do Kremlin demonstraram uma integração interserviços e uma capacidade de atuação muito superior a do passado, incluindo até mesmo todo um cuidado com o conforto das tropas nas suas bases avançadas. Por fim, é na Síria que vários dos novos armamentos de ponta russo e novas táticas estão a ser testadas, o que trará dividendos para a capacidade militar russa no futuro.⁶

A Federação russa foi, dessa forma, capaz de utilizar sua força militar para garantir seus objetivos estratégicos tanto na Ucrânia, como na Síria. Ao mesmo tempo, sua demonstração de força renovou seu capital simbólico internacionalmente, indicando que o “urso russo” está de volta.

Esse é um desdobramento de alta relevância, mas fica a pergunta se terá prosseguimento. Mesmo hoje, depois de uma década de recuperação econômica, a economia russa não chega à metade da alemã ou da francesa. E mesmo essa economia está em crise devido ao preço baixo do gás e do petróleo e às sanções dos países ocidentais. Será possível manter o processo de recuperação das forças armadas nesse cenário? Impossível ter certeza, mas a volta de Moscou ao cenário estratégico, ainda que de suma importância, não nos deve fazer perder de vista que a chave para os próximos anos está a alguns milhares a leste, em Pequim.

Europa, China e outras potências médias

O cenário estratégico mundial entre 1989 e 2016 com certeza não se limita a ascensão dos EUA e à decadência/recuperação da Rússia. Países com pretensões de hegemonia regional ou de ampliar sua influência internacional têm aumentado os seus investimentos e esforços no setor da defesa.

⁶ Enquanto processo ainda em curso, a análise sobre a ação russa na Síria só pode ser parcial e incompleta. Para alguns estudos preliminares, jornalísticos, ver Goremburg (2015), Myers e Schmidt (2015), Marcus (2015) e Sengupta (2016).

A Índia, por exemplo, já é uma potência militar regional, incluindo um dispositivo nuclear, enquanto o Brasil tem redobrado esforços, depois de grande negligência nos anos 1990, para se tornar uma potência militar média e dominante na América do sul.

Certos países, por outro lado, parecem condenados a terem seu peso diminuído. O Japão, por exemplo, parece mais preocupado em defender-se contra as possíveis ameaças de mísseis da Coreia do Norte e do crescente poder chinês (neste caso, através do reforço da aliança com os Estados Unidos) do que em projetar seu poder pelo mundo. Já os países europeus, especialmente França e Inglaterra, têm claro desejo de dispor de forças capazes de dar substância às suas ambições internacionais, mas não as condições para tanto.

No caso europeu, as alterações no campo militar entre 1989 e 2016 também foram substanciais. As forças armadas dos países europeus também estavam adaptadas à realidade da Guerra Fria, com grandes unidades formadas basicamente de jovens recrutados para a defesa do território nacional contra o Exército Vermelho, restando forças bastante limitadas para a intervenção externa. Depois do fim da URSS, os grandes exércitos de recrutas foram dissolvidos, mas não se criaram grandes forças profissionais para expedições mundiais. Isso levou a vexames como os do Golfo, da Bósnia, do Kosovo e outros, quando os europeus não passaram de coadjuvantes na ação militar dos americanos.

Na atualidade, com a crise econômica global e as políticas de austeridade, a degradação dos sistemas militares europeus só se acentuou. Para piorar o quadro, a União Europeia – a qual poderia unificar recursos e coordenar estratégias – está em xeque e, no campo estratégico e militar, ainda mais. Tudo indica que, ao menos militarmente, a Europa deverá se contentar em ficar à sombra dos EUA.

A grande incógnita para o futuro é a China. Ela é, hoje, uma das principais potências militares do mundo, com poder nuclear e vários milhões de homens em armas. Apesar do grosso do seu material ser ainda obsoleto, as forças armadas chinesas estão adquirindo grandes quantidades de armamento moderno da Rússia e procurando melhorar o treinamento das tropas. Ano após ano, o orçamento militar chinês aumenta e a qualidade das suas forças armadas também. Os militares chineses ainda não podem competir com as forças dos Estados Unidos e muito menos projetar poder muito longe de suas fronteiras. Mas, em caso de uma crise séria, poderiam enfrentar os americanos nas vizinhanças de Taiwan, com alto potencial de danos.

Em resumo, há um claro processo de aperfeiçoamento e crescimento das capacidades militares chinesas. As forças armadas chinesas já são perfeitamente capazes de defender seu país de uma invasão do exterior e podem projetar poder nos arredores. No entanto, elas ainda têm imensas deficiências e não são, por agora, uma ameaça à supremacia militar americana no mundo.

A questão que fica é até onde irão as ambições militares chinesas. Se a modernização econômica chinesa continuar e o ritmo de crescimento dos gastos militares se mantiver, a China logo terá uma capacidade muito maior de intervir nos assuntos asiáticos. Isso, provavelmente, já deixará o Pentágono e alguns países vizinhos preocupados, o que afetaria, provavelmente, a geopolítica regional e, talvez, as relações entre Pequim e Washington. A continuidade do processo amplificaria ainda mais os temores internacionais e traria instabilidade ao sistema mundial. Portanto, uma ascensão militar chinesa seria, provavelmente, a maior alteração estratégica imaginável para o século XXI.

Conclusões

O cenário estratégico mundial hoje é, com certeza, bem diferente do de 1989. Os riscos de uma guerra nuclear total que eliminaria a vida humana na Terra diminuiram exponencialmente e as possibilidades de um grande conflito entre as grandes potências se tornaram bem menores. A invasão territorial de um Estado por outro também se tornou menos provável do que antes e as disputas, frequentemente com caráter militar, entre duas grandes ideologias, com reflexos em todo o mundo, terminaram.

O planeta, contudo, não vive uma era de paz total, como alguns esperavam nos anos 1990. Os Estados continuam em disputa por influência, recursos naturais e têm que lidar, ao mesmo tempo, com novas ameaças, como a proliferação de atores internacionais, conflitos assimétricos, problemas ambientais e humanitários, etc. Os riscos de uma guerra total entre dois ou mais Estados se contraíram de forma expressiva, mas o uso do poder militar como forma de alavancar interesses econômicos, estratégicos ou outros continua presente, como indica o noticiário internacional dos últimos anos.

A hierarquia militar entre os vários Estados também se alterou de forma substancial e continua a se alterar. Os EUA estão numa posição confortável e outros países tentam conseguir um melhor posicionamento no cenário estratégico, como a Rússia, os europeus e mesmo, com pretensões mais modestas, o Brasil e outras potências médias. O país com mais possibilidades de alterar o panorama, contudo, é, com certeza, a China.

Não obstante, se a ascensão chinesa representa a grande incógnita e variável para o século XXI, não resta dúvidas de que a grande alteração no período 1989-2016 foi a decadência soviético-russa e sua recuperação posterior. Como visto neste texto, esta decadência rompeu o equilíbrio existente e permitiu anos de supremacia quase incontestes dos EUA, o que ajudou a formatar as relações internacionais e a geopolítica neste período. Como a situação se alterará nos anos a seguir é ponto em aberto, mas os efeitos dos acontecimentos de 1989 ainda influenciarão, provavelmente, o cenário estratégico mundial ainda por vários anos, senão décadas.

Bibliografia

ARRAES, Virgílio. “Estados Unidos: redefinição das bases militares no mundo”. *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*. 104 (2009): 26-27.

BERTONHA, João Fábio. *Geopolítica, defesa e desenvolvimento. A primeira década do século XXI na América Latina e no mundo*. Maringá: Eduem, 2011.

BERTONHA, João Fábio. “A Estratégia Nacional de Defesa do Brasil e a dos outros BRICs em perspectiva comparada” in *Revista Brasileira de Política Internacional*, 56, 2(2013):112-130.

BERTONHA, João Fábio. “A crise ucraniana e as Estratégias Nacionais de Defesa dos EUA e da Europa: a volta do hard power? *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, 15, 145 (2014^a): 25-33.

BERTONHA, João Fábio. “A Nova Estratégia Nacional de Defesa japonesa”. *Meridiano 47 – Boletim de Análise de Conjuntura em Relações Internacionais*, 15, 142 (2014^b): 39-44.

BERTONHA, João Fábio. “Dólar e tecnologia militar: a economia política do poder americano”. *Mundorama (Revista de Divulgação Científica em Relações Internacionais)*, 17, 101 (2016): 1-7.

BETZ, David e VOLKOV, Valeriy. “The false dawn of Russian military reform”. *Georgetown Journal of International Affairs* 4, 2 (2003): 45-51, 2003.

CASTORIADIS, Cornelius. *Diante da Guerra*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

GERRITS, André. “Hegemonia americana e multipolaridade: o sistema internacional no século XXI: o caso russo”. In VIZENTINI, Paulo e WIESEBRON, Marianne. *Neohegemonia americana ou multipolaridade? Pólos de poder e sistema internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p. 173-197.

GORENBURG, Dmitry. “Russia’s Syria Operation Reveals Significant Improvement in Military Capability.” *The National Interest*, 16/11/2015. Disponível em <http://nationalinterest.org/blog/the-buzz/russias-syria-operation-reveals-significant-improvement-14356?page=2>. Acesso em 18/11/2015.

HAFLENDORF, Helga. “The Security puzzle: theory-building and discipline-building in International Security”. *International Studies Quarterly* 35 (1991): 3-17.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos Extremos – O breve século XX, 1914-1991*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

KENNEDY, Paul. *Ascensão e queda das grandes potências. Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Campus, 1989.

LESSA, Antonio Carlos. *História das Relações Internacionais – A Pax Britannica e o mundo do século XIX*. Petrópolis: Vozes, 2005.

LIEBER, Karl e PRESS, Daryl. “The end of MAD? The nuclear dimension of US Supremacy.” *International Security* 30, 4 (2006): 7-44, 2006.

MARCUS, Jonathan. “Syria: What can Russia’s military do?” *BBC News*, 7/10/2015. Disponível em <http://www.bbc.com/news/world-asia-34411477>. Acesso em 22/10/2015.

MESSARI, Nizar. “Existe um novo cenário de segurança internacional?” In Gómez, José Maria (Org.). *America Latina y el (Des)orden Neoliberal – Hegemonia, Contrahegemonia, Perspectivas*. Buenos Aires: CLACSO, 2003, p. 131-150.

MEYER, Stephen. “The devolution of Russian military power”. *Current History*. 94, 594 (1995): 322-328.

MILLER, Steven E. “International Security at Twenty Five: from one world to another”. *International Security* 26,1 (2001): 5-39.

MYERS, Steven Lee e SCHMIT, Eric. Russian Military Uses Syria as Proving Ground, and West Takes Notice. *The New York Times*, 14/10/2015. Disponível em http://www.nytimes.com/2015/10/15/world/middleeast/russian-military-uses-syria-as-proving-ground-and-west-takes-notice.html?_r=2. Acesso em 15/10/2015.

NOVE, Alec. *A Economia soviética*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963

NOVE, Alec. *A Economia do socialismo possível*. São Paulo: Ática, 1989.

ODOM, William E. *The Collapse of the Soviet Military*. New Haven and London: Yale University Press, 1998.

PEREIRA, Carlos Alberto dos Santos. “Rússia: A sombra do Exército Vermelho” In *Revista Militar (Portugal)*, 2009. Disponível em http://www.revistamilitar.pt/artigopdf.php?art_id=458. Acesso em 21/9/2015.

POSEN, Barry. “Command of the Commons. The Military Foundation of U.S. Hegemony”. *International Security* 28, 1 (2003): 5-46.

SEGRILLO, Ângelo. *O Declínio da URSS: um estudo das causas*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SENGUPTA, Kim. “War in Syria: Russia’s ‘rustbucket’ military delivers a hi-tech shock to West and Israel.” *The Independent*, 29/1/2016. Disponível em <http://www.independent.co.uk/news/world/middle-east/war-in-syria-russia-s-rustbucket-military-delivers-a-hi-tech-shock-to-west-and-israel-a6842711.html>. Acesso em 2/2/2016.

TRAUSCHWETZER, Ingo. *The Cold War U.S. Army. Building deterrence for limited war*. Kansas: Kansas University Press, 2008.

VILLA, Rafael. “Segurança internacional: novos atores e ampliação da agenda.” *Lua Nova. Revista de Cultura e Política* 34 (1994): 71-86.

VILLA, Rafael. *Da crise do realismo à segurança global multidimensional*. São Paulo: Annablume: 1999.

ZARPELÃO, Sandro Heleno Moraes. *Tempestade no Iraque: a guerra, a política externa dos Estados Unidos; a historiografia militar e a imprensa escrita brasileira (1990-1991)*. Dissertação de Mestrado (História), Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2007.

ZOLOTAREV, Pavel. “Russian and U.S. Defence Policies in the era of globalization”. *Russia in Global Affairs*, 19, 2 (2007). Disponível em http://eng.globalaffairs.ru/number/n_8540. Acesso em 25/11/2015.